



*Declaração de 2018 da Assembleia Plenária da
Conferência das Assembleias Legislativas Regionais Europeias (CALRE)*

DECLARAÇÃO DOS AÇORES

- *Considerando a importância do atual momento institucional da União Europeia para o futuro do projeto europeu, assim como para a integração e participação das suas regiões;*
- *Considerando, em especial, as negociações relativas aos fundos e políticas do Quadro Financeiro Plurianual da UE, que decorrem desde a apresentação das propostas da Comissão Europeia, em maio de 2018;*
- *Considerando o período e ambiente pré-eleitoral, tendo em conta as eleições para o Parlamento Europeu, que decorrerão entre 23 e 26 de maio de 2019, assim como a aprovação, em função daqueles resultados da Comissão Europeia e dos membros da futura Comissão Europeia;*
- *Considerando o difícil processo de negociações do Brexit, ainda em curso, e a efetivação da saída do Reino Unido da União Europeia, a 29 de março de 2019;*
- *Considerando, ainda, o impacto que o Brexit poderá ter na CALRE, em particular no que diz respeito às Assembleias Regionais de Gales, Escócia e Irlanda do Norte;*
- *Considerando a crescente pressão política para que um acordo de princípio relativo ao quadro financeiro 2021-2027 seja finalizado até à Cimeira de Sibiu, na Roménia, a 9 de maio de 2019;*



- *Considerando, neste contexto, o trabalho desenvolvido pela Conferência das Assembleias Legislativas Regionais Europeias (CALRE) ao longo de 2018, designadamente, através da sua presidência, vice-presidência, comissão permanente e grupos de trabalho, centrado no Programa de Atividades e de Trabalho da CALRE intitulado “Construir a Europa através das Regiões”, apresentado na reunião da Comissão Permanente de 15 de março de 2018;*
- *Considerando assim, no contexto supramencionado, o contributo empenhado e renovado da CALRE durante 2018 para fortalecer a ligação política e institucional entre os parlamentos e as assembleias regionais da Europa, potenciando sinergias para impulsionar a defesa dos valores e princípios da democracia regional e o respeito e consolidação do princípio da subsidiariedade na União Europeia;*
- *Considerando, ainda, que durante o ano de 2018, os parlamentos e as assembleias estiveram envolvidos na reflexão sobre o futuro da CALRE, um desafio lançado na Assembleia Plenária de 2017 e plasmado na Declaração de Sevilha, com o propósito de impulsionar a organização e o funcionamento, os objetivos e as estratégias de ação e preparar esta Conferência para os próximos 20 anos.*

A Assembleia Plenária da Conferência das Assembleias Legislativas Regionais Europeias, reunida na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, no dia 21 de novembro de 2018:

- REAFIRMA a importância e atualidade do projeto europeu e dos seus princípios fundamentais, como a Paz e a Democracia, valores expressos no artigo 2.º do TUE, e reafirma a centralidade da Coesão Económica, Social e Territorial, a par da Governação Multinível e dos princípios da Subsidiariedade e Proporcionalidade.



- ALERTA para os inúmeros desafios e perigos que o projeto europeu enfrenta, em especial, a crescente divisão e desagregação na União.
- MANIFESTA, em especial no contexto das eleições europeias de maio próximo, a sua profunda preocupação com o aumento, sob as mais diversas formas e manifestações, do racismo e da xenofobia, do nacionalismo exacerbado e desagregador e de variadas formas de populismo, que procuram enfraquecer a construção do projeto europeu promovendo o afastamento e desinteresse dos cidadãos em relação à política e aos seus representantes eleitos.
- CONSIDERA fundamental a participação da população da União Europeia, em geral, e das suas regiões, em particular, nas eleições de maio de 2019 e DESEJA que este ato eleitoral conduza ao necessário e imprescindível reforço da cooperação entre os Estados-membros e entre os Povos da Europa, assim como a uma ambição e visão de futuro renovadas para a União Europeia.
- CONSIDERA crucial o apoio efetivo das instituições da UE às Estratégias Macrorregionais da UE, a fim de reforçar estas ferramentas fundamentais de cooperação e de promover a colaboração e a compreensão mútua entre os Estados Membros e entre os cidadãos europeus.
- MANIFESTA, por outro lado, a sua preocupação relativamente aos efeitos de uma possível saída dura do Reino Unido da União Europeia, em especial no que diz respeito às fronteiras das regiões membros da CALRE, ao impacto económico e a outras matérias, como a segurança, o combate ao crime organizado e as relações comerciais.
- DESEJA que as negociações para o Brexit, independentemente do seu resultado, tenham em devida conta a questão da fronteira da Irlanda do Norte com a República da Irlanda.



- ENTENDE que, no contexto das negociações em curso sobre o após 2020, é necessária uma resposta adequada a todos os desafios que se colocam atualmente ao projeto europeu deve fundar-se num Quadro Financeiro Plurianual que permita reafirmar a trajetória de coesão e de convergência entre as regiões europeias, e, por isso, exige uma maior ambição da proposta da Comissão Europeia, em especial relativamente à política de coesão, à política agrícola comum e à política marítima e pescas.*

- AFIRMA que a **política de coesão** é um dos pilares fundamentais para um desenvolvimento equilibrado e harmonioso da Europa e das suas Regiões, razão pela qual valorizamos positivamente o espírito construtivo do Parlamento Europeu para a melhoria das propostas apresentadas pela Comissão Europeia, bem como o trabalho desenvolvido pelo Comité das Regiões Europeu através dos seus pareceres. Neste sentido, DESTACA as iniciativas levadas a cabo em coligação com outras organizações de cooperação inter-regional europeias com vista à defesa de um quadro europeu após a estratégia 2020 ambicioso e que vá ao encontro das necessidades e expectativas das regiões europeias, caso paradigmático da #CohesionAlliance.*

- VALORIZA, em especial, o espírito de cooperação e colaboração com o Comité das Regiões Europeu ao longo de 2018, designadamente, através do apoio e parceria na participação, pela primeira vez, da CALRE, na Semana Europeia das Regiões e Cidades, através da organização do workshop “Regional Legislative Parliaments: what role in EU’s Cohesion Policy beyond 2020?” e a participação da CALRE numa reunião da Comissão de Política Económica (ECON) do Comité das Regiões Europeu, em abril de 2018, sobre formas de reforçar a dimensão democrática da política comercial da UE.

- RENOVA a afirmação da importância dos princípios da boa governação e da governação multinível, onde as regiões devem ser envolvidas e participar



ativamente na elaboração das políticas públicas europeias com impacto direto nos territórios, sendo, por isso, necessário continuar a desenvolver canais diretos e céleres de comunicação entre as assembleias e parlamentos regionais, os parlamentos nacionais e as instituições europeias, no respeito pelo princípio da **subsidiariedade**.

- Neste seguimento, COMPROMETE-SE a aprofundar a relação com as organizações com as quais tem protocolos, tendo sempre em vista a defesa da subsidiariedade e da proporcionalidade.

- COMPROMETE-SE, ainda, a desenvolver esforços com o intuito de formalizar uma cooperação institucional com o Parlamento Europeu, com o objetivo de, no âmbito de uma governação multinível, as suas posições poderem integrar os estudos que este elabora para apoio à decisão legislativa, assim como continuar a envidar esforços no sentido da criação do “cartão verde”, que permita a apresentação de propostas legislativas apoiadas por um número suficiente de parlamentos nacionais e regionais.

- AFIRMA a importância das assembleias e parlamentos regionais procederem à **avaliação de políticas** e à análise do seu impacto territorial, aferindo, no terreno, se as mesmas vão ao encontro das necessidades da cidadania, e reduzindo, conseqüentemente, o distanciamento existente com os decisores políticos.

- ENFATIZA, a este respeito, o valor acrescentado da **democracia interativa** e ENCORAJA o recurso a abordagens inovadoras, incluindo, mas não só, as novas tecnologias da informação e da comunicação. Tais abordagens deverão ter como objetivo a promoção da transparência institucional, a valorização da comunicação entre a cidadania e as assembleias e os parlamentos regionais e o fortalecimento do envolvimento direto dos cidadãos na tomada de decisão. Tendo em vista a complementaridade entre as democracias participativas e



representativas, a participação do cidadão deve basear-se na representação parlamentar legítima.

- CONVIDA a Comissão Europeia e outras instituições europeias de relevo a simplificarem e a tornarem mais acessível a Iniciativa de Cidadania Europeia, principal instrumento da democracia participativa.

- ENTENDE que a questão dos **refugiados** e dos **migrantes**, designadamente dos **menores não acompanhados**, continua a ser premente para a União Europeia, reconhecendo as melhorias - embora ainda insuficientes - na coordenação da resposta da União e dos seus Estados Membros às crises humanitárias e gestão de fluxos, assim como o papel e responsabilidades desempenhadas por muitas regiões, que são o nível de governação mais próximo da cidadania, enquanto primeiras recetoras das pessoas refugiadas.

- Neste sentido, CONVIDA as instituições da UE e os Estados Membros a demonstrarem solidariedade para com os Estados Membros mais expostos aos fluxos migratórios, em conformidade com o artigo 80.º do TFUE e com o princípio de solidariedade e justa partilha de responsabilidades, incluindo as suas implicações financeiras.

- ALERTA para os riscos que advêm do **despovoamento e envelhecimento demográfico** verificados sobretudo nas zonas rurais, montanhosas, insulares e ultraperiféricas e REITERA a importância da coesão territorial e dos fundos europeus que façam face a este preocupante quadro e que tornem estes territórios mais atrativos, bem como a importância de uma consulta prévia aos órgãos de governo das regiões aquando da distribuição destes fundos.

- RECLAMA um maior compromisso da União Europeia na consecução dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** indicados na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas e das linhas de orientação identificadas para a



sua concretização e **SUBLINHA** a importância da ação à escala mundial com o intuito de se alcançar um mundo melhor, mais justo e social, e preparado para enfrentar os desafios globais.

- Neste sentido, e não obstante os avanços legislativos dados no que diz respeito à **Igualdade de Género**, **SUBLINHA** que ainda persistem diferenças económicas e sociais entre homens e mulheres, a violência de género persiste enquanto flagelo em todas as regiões, com maior ou menor intensidade, e as oportunidades salariais e laborais são diferentes de acordo com o género, conseqüentemente **INSISTE** que muito há ainda a fazer, destacando o papel fundamental dos parlamentos e das assembleias regionais para que se alcance a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres o mais rápido possível e a erradicação da violência.

- **ALERTA** para o facto de as alterações climáticas serem a causa principal do incremento de **desastres naturais** na Europa, que se tornam cada vez mais frequentes e comuns, e **INSTA** a União Europeia a continuar a defender o Acordo de Paris sobre o Clima, apoiando a pesquisa nesta área através de fundos europeus, e a reforçar os mecanismos da proteção civil europeia. Ademais, com vista à prevenção e mitigação dos desastres naturais, **REITERA** a importância de introduzir ao nível europeu o mesmo método para a análise dos riscos dos desastres naturais e da utilidade de uma política de proteção territorial.

- **REALÇA** a importância do Património Cultural europeu, comemorado de forma mais intensa este ano, e da sua diversidade, que une, enriquece e identifica a Europa, nomeadamente a **diversidade linguística**, fundamental para o fortalecimento e enriquecimento da cultura comum europeia, prevista no artigo 22.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União e contemplada, de igual forma, na Carta Europeia das Línguas Regionais e Minoritárias.



- PARTILHA da visão do Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, no seu último discurso anual sobre o Estado da União Europeia, proferido no Parlamento Europeu a 13 de setembro de 2018, de que “a União Europeia é uma garantia de paz” e que todos nos devemos felicitar “por sermos hoje um continente pacífico, por vivermos em paz graças à União Europeia”, motivo principal pelo qual a devemos respeitar, e defender e trabalhar em seu favor.

- CONCORDA, em suma, que a União Europeia, apesar dos desafios que enfrenta, assegura os fundamentos que estiveram na sua génese, designadamente, a prossecução da paz entre os seus povos e territórios. Com efeito, o projeto europeu tem de evoluir de forma a fazer face aos novos reptos, mencionados na presente Declaração dos Açores, e, neste sentido, REITERA a necessidade de colocar a cidadania no cerne das políticas europeias, relevando o papel das assembleias e dos parlamentos regionais no procedimento legislativo europeu.

- Neste contexto, e com o propósito de dar a conhecer o papel e a importância das regiões com poderes legislativos no contexto da construção europeia, a CALRE COMPROMETE-SE a envidar esforços no sentido de, havendo disponibilidade de algum dos seus membros, participar em eventos relevantes de entidades de âmbito europeu, como sejam os diálogos estruturados do Comité das Regiões Europeu, eventos do Congresso de Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa, ou de outras entidades congéneres, bem como a organizar, sempre que possível, um evento de projeção europeia, como é exemplo a Semana Europeia das Regiões e Cidades.

- Assim, a CALRE, reunindo os parlamentos eleitos diretamente pelos cidadãos, assume uma especial relevância, e passados mais de 20 anos após a sua fundação, e tendo preconizado uma reflexão que a prepara para o futuro, COMPROMETE-



SE a reafirmar a importância do diálogo, da partilha e da ação a uma só voz, celebrando anualmente o Dia da CALRE, a 7 de outubro, data que assinala a assinatura da primeira declaração da Conferência.

Açores, Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, 21 de novembro de 2018

** Com a abstenção dos Parlamentos da Áustria, identificado a itálico.*